



***MASCULINIDADES EM FOCO: GRUPO OPERATIVO DE DISCUSSÃO
EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO TÉCNICO COM JOVENS APRENDIZES***

***MASCULINIDADES EN FOCO: GRUPO OPERATIVO DE DISCUSIÓN
EN UNA INSTITUCIÓN DE ENSEÑANZA TÉCNICA CON JÓVENES
APRENDICES***

***MASCULINITIES IN FOCUS: OPERATIVE DISCUSSION GROUP IN A
TECHNICAL EDUCATION INSTITUTION WITH YOUNG APPRENTICES***

*Gabriel Andrade de Oliveira*¹

*Romildo Aparecido da Silva*²

*Fernando Grossi Crema*³

*Tales Vilela Santeiro*⁴

*Vitor Hugo de Oliveira*⁵

RESUMO

Este relato de experiência descreve um projeto que teve como objetivo fomentar a reflexão sobre as masculinidades em adolescentes e jovens aprendizes em uma fundação de ensino técnico em Minas Gerais. A metodologia consistiu em dois ciclos de encontros semanais, em formato de grupos operativos, baseado nos ideais de Pichon-Riviére, com o uso de materiais artísticos para disparar discussões. A análise dos dados, a partir dos encontros realizados e os diários de campo produzidos, revelou a prevalência de ideais da masculinidade hegemônica (como a força, responsabilidade, provedor, entre outros), mas também a emergência de discussões sobre masculinidades plurais e a intercorrência do trabalho, evidenciando a necessidade de desconstrução de padrões rígidos de gênero. Conclui-se que a abordagem grupal é potente para promover a consciência crítica e a

¹ Graduado em Psicologia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

² Graduado em Psicologia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

³ Graduando em Psicologia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

⁴ Pós-Doutorado. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

⁵ Doutorado. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

ressignificação do "ser homem" na contemporaneidade, apesar dos desafios em lidar com resistências a identidades não-hegemônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Grupos Operativos. Adolescência. Identidade de Gênero

RESUMEN

Este relato de experiencia describe un proyecto que tuvo como objetivo fomentar la reflexión sobre las masculinidades en adolescentes y jóvenes aprendices en una fundación de enseñanza técnica en Minas Gerais. La metodología consistió en dos ciclos de encuentros semanales en formato de grupos operativos, basados en los ideales de Pichón-Rivière, utilizando materiales artísticos para estimular discusiones. El análisis de los datos, a partir de los encuentros y diarios de campo, reveló la prevalencia de ideales de masculinidad hegemónica, como fuerza, responsabilidad y rol de proveedor, pero también la emergencia de debates sobre masculinidades plurales y la relación con el trabajo. Esto evidenció la necesidad de deconstruir patrones rígidos de género. Se concluye que la metodología grupal es eficaz para promover conciencia crítica y resignificación del "ser hombre" en la contemporaneidad, a pesar de los retos frente a resistencias a identidades no hegemónicas.

PALABRAS-CLAVE: Masculinidades. Grupos Operativos. Adolescencia. Identidad de Género.

ABSTRACT

This experience report describes a project aimed at fostering reflection on masculinities among adolescents and young apprentices at a technical education foundation in Minas Gerais. The methodology consisted of two cycles of weekly meetings, conducted in the format of operative groups, based on the ideals of Pichon-Rivière, utilizing artistic materials to trigger discussions. The data analysis, based on the meetings held and the field diaries produced, revealed the prevalence of hegemonic masculinity ideals (such as strength, responsibility, provider role, among others), but also the emergence of discussions about plural masculinities and the intersection with work, highlighting the need to deconstruct rigid gender patterns. It is concluded that the group approach is powerful in promoting critical awareness and the re-signification of "being a man" in contemporary times, despite the challenges in dealing with resistance to non-hegemonic identities.

KEYWORDS: Masculinities. Operative Groups. Adolescence. Gender Identity.

Introdução

A masculinidade, enquanto construção social, é atravessada por normas históricas, culturais e políticas que moldam o modo como os homens devem agir, sentir e se posicionar no mundo. Longe de ser uma característica inata, o "ser homem" é aprendido e reproduzido em diferentes contextos e assume múltiplas formas, que variam conforme classe, raça, orientação sexual, território e geração. Contudo, apesar dessa diversidade, o

conceito de masculinidade hegemônica (Robert Connell, 1995) designa a forma dominante e culturalmente exaltada que sustenta a dominação masculina nas estruturas sociais. Esse modelo estabelece padrões normativos de comportamento masculino que idealizam o homem jovem, branco, heterossexual, cisgênero, forte, rico, provedor e controlador (Shay de los Santos Rodriguez, 2019). Historicamente, essa socialização ensina os meninos a ocultar sentimentos, evitar afeto e adotar comportamentos agressivos e competitivos (Ivaldo Neto et al., 2019), exigindo um ideal machista, viril e emocionalmente distante (Sérgio Gomes da Silva, 2006).

A masculinidade hegemônica se estabelece em relações de poder desiguais, garantindo privilégios a quem se encaixa nesse ideal e se impondo sobre outros modos de ser homem. Robert Connell e James Messerschmidt (2013) categorizam as masculinidades não hegemônicas, as quais sofrem diferentes níveis de exclusão: a subordinada (dominada pela heteronormatividade), a cúmplice (que aceita a estrutura mais ampla de gênero, mas não atua em sua defesa) e a marginalizada (que sofre exclusão em função de marcadores como classe e raça/etnia). Essa categorização confirma que o ideal hegemônico influencia e diferencia as experiências e os privilégios entre os próprios homens, já que um homem cisgênero e branco, por exemplo, irá desfrutar de privilégios maiores e diferentes do que um homem trans ou um homem cisgênero negro (Danilo da Silva Brito, 2016).

Esse ideal hegemônico não apenas exclui e silencia outras formas possíveis de masculinidades, como também impõe um custo subjetivo elevado aos próprios homens, ao restringir a expressão emocional, fragilizar o cuidado consigo e com os outros e incentivar comportamentos de risco (Rafael de Carvalho Sousa, 2022; Rodriguez, 2019). A adoção acrítica desse modelo contribui para índices alarmantes de morbimortalidade masculina, uso abusivo de substâncias, violências interpessoais e dificuldades na busca por apoio psicológico e médico (Carlos Eduardo Gonçalves et al., 2021).

Complementarmente ao conceito de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmitt, 2013), útil para compreender a manutenção de hierarquias de gênero, é importante também considerar as masculinidades sob o viés da interseccionalidade⁶, que diz respeito à maneira como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras formas de discriminação se combinam para produzir desigualdades essenciais que

⁶ O termo foi proposto pela feminista Kimberlé Crenshaw, em 1989, com o intuito de destacar a articulação entre diferentes eixos de opressão e desigualdade social.

estruturam as relações entre gênero, raça, etnia, classe e outros marcadores sociais (Kimberlé Williams Crenshaw, 2004). No Brasil, por exemplo, a articulação entre gênero e raça é fundamental, pois a vivência masculina não pode ser entendida sem considerar o racismo estrutural (Claudia Domingues Guimarães, 2025). Homens negros vivenciam tensões específicas: ao mesmo tempo em que podem ser pressionados a performar padrões de virilidade, são historicamente associados a estereótipos de hipersexualização, violência e marginalidade, o que os posiciona de forma distinta na hierarquia das masculinidades (Rafael Cardoso Gomes, 2015).

Todo esse contexto anterior, enfatiza a necessidade em reconhecer que não existe um modelo único de ser homem, mas múltiplas experiências atravessadas por raça, classe, sexualidade, geração e outros demarcadores. Conforme argumenta a pesquisadora Mara Viveros-Vigoya (2018), as masculinidades se manifestam em uma variedade de "cores" e práticas, que não podem ser reduzidas a um padrão único, mas são moldadas pelas dinâmicas de poder e hierarquia. Ao ampliar esse olhar as masculinidades, abre-se espaço para narrativas mais plurais, críticas e inclusivas, que desafiam o modelo hegemônico e convidam os homens a ressignificarem sua relação consigo, com os outros e com a sociedade (Brito, 2016).

A adolescência e a adultez emergente são fases particularmente relevantes para essa reflexão estar presente, pois envolvem processos intensos de construção de identidade, enfrentamento de normas sociais e busca de pertencimento (Ana Maria Bock et. al, 2007; Jeffrey Jensen Arnett, 2000). A atuação profissional com grupos nesse período da vida torna-se, portanto, uma estratégia potente para promover o desenvolvimento pessoal e a consciência crítica, podendo gerar mudanças positivas na visão de mundo dos participantes.

Nesse sentido, os grupos operativos são uma modalidade de intervenção que oferece um contexto fértil para trabalhos sobre essa transformação serem fundamentados (Enrique Pichon-Rivière, 2005). Pensar a prática grupal é considerar o grupo não apenas como reunião de indivíduos, mas como um campo relacional e potencializador de mudanças subjetivas e sociais. Nesse campo de estudos, o grupo é um espaço que revela e elabora conflitos, promovendo o aprendizado pela experiência e o desenvolvimento da consciência crítica. A análise do vínculo e da comunicação grupal permite compreender as articulações entre o mundo interno e o contexto social, sendo o grupo um agente transformador por excelência (Pichon-Rivière, 2005).

Dessa maneira, este relato de experiência descreve a atuação profissional em um projeto voltado para adolescentes e jovens aprendizes em uma fundação de ensino técnico situada no interior de Minas Gerais, com o objetivo de fomentar a reflexão sobre as masculinidades, a partir da escuta, do acolhimento e da crítica aos modelos normativos de gênero. O trabalho foi realizado em formato grupal e se fundamentou no entendimento de que pensar masculinidades é também um caminho para a promoção da saúde, da equidade e da justiça social. Nesse sentido, por meio deste relato busca-se, assim, compartilhar a experiência de construção coletiva de saberes, escutas e intervenções possíveis com esse público, reconhecendo os desafios e potências que emergem ao propor uma abordagem crítica e transformadora do ser homem na contemporaneidade.

Procedimentos Metodológicos

Tipo de Estudo

Este trabalho configura-se como um relato de experiência, modalidade de investigação que consiste na descrição sistematizada e reflexiva de vivências práticas, com o intuito de compartilhar conhecimentos produzidos a partir da atuação direta dos autores em determinada realidade. Embora não se trate de uma pesquisa empírica nos moldes tradicionais, insere-se no campo da abordagem qualitativa por considerar a subjetividade, o envolvimento dos sujeitos e a complexidade dos contextos sociais em que as experiências ocorreram.

O relato de experiência representa uma forma legítima de produção científica na contemporaneidade, ao reconhecer que “o conhecimento é produzido por sujeitos que vivem, pensam, sentem e que, em suas práticas, constroem saberes que merecem ser compartilhados” (Mônica Ramos Daltro; Ana Amélia de Faria, 2019, p. 224). Essa modalidade narrativa é especialmente relevante nas áreas das Ciências Humanas e da Psicologia, nas quais a reflexão crítica sobre a experiência constitui um instrumento valioso de formação, intervenção e transformação social.

Participantes

Os participantes foram compostos por jovens do sexo masculino, todos alunos do programa Jovem Aprendiz na instituição parceira. O projeto realizou “dois ciclos” de encontros semanais, com dois grupos diferentes. O primeiro ciclo ocorreu entre maio e julho de 2024 e contou com nove participantes, com idade entre 15 e 19 anos. No segundo ciclo, realizado entre novembro e dezembro do mesmo ano, a idade dos participantes foi entre 15 e 17 anos e o número total de integrantes se manteve. Foi observado que os participantes eram compostos por heterogeneidade étnico-racial (brancos, pardos e negros), orientação sexual (héteros e homossexuais) e diferenças socioeconômicas (Classes C e D).

Equipe executora

A equipe executora foi composta por três discentes do curso de Psicologia, entre o 7º e o 10º período, afiliados a uma universidade federal do interior de Minas Gerais. Os estudantes organizaram-se em duplas para atuação em cada ciclo do projeto, de modo que um dos discentes participou de ambos os ciclos, autoidentificado como homem pardo e cis, homossexual. Os outros dois se dividiram, cada um atuando em um ciclo distinto, e autoidentificados como homens brancos e cis, heterossexuais.

A equipe também contou com a participação de dois docentes da mesma universidade, ambos psicólogos — um vinculado ao Departamento de Psicologia e o outro ao Departamento de Saúde Coletiva —, autoidentificados como homens brancos e cis, respectivamente heterossexual e homossexual. Eles eram responsáveis pela supervisão semanal das atividades, elemento essencial para a realização do projeto, que é considerado potente e fundamental para a formação acadêmica em Psicologia (Walter Mariano de Faria Silva et al., 2017).

Procedimentos

Inicialmente, foi realizado o contato com a fundação de ensino técnico onde os grupos seriam conduzidos, a fim de verificar o interesse e a viabilidade da execução do projeto. Após a confirmação desses aspectos, firmou-se um acordo com a instituição e os combinados necessários para a realização das atividades foram contratados, como a frequência dos encontros, a quantidade de participantes, o espaço físico necessário e a duração do projeto.

A indicação dos participantes, em ambos os ciclos, ficou sob responsabilidade da própria instituição, que considerou a melhor forma de conciliar os horários dos encontros

com as demais atividades diárias dos alunos. Assim, turmas que permitissem a liberação dos estudantes para participarem dos encontros foram indicadas, até atingir o número ideal de participantes (entre oito e 15 alunos). A equipe executora não interferiu nesse processo de indicação, mas o contrato era de que os trabalhos aconteceriam no formato aberto (os estudantes poderiam participar livremente, conforme escolhessem).

De modo geral, 14 encontros foram realizados (oito no primeiro ciclo e seis no segundo) de forma presencial e semanal, com duração média de duas horas cada. Essas sessões foram realizadas nas dependências da própria instituição parceira, que disponibilizou uma sala de aula equipada com cadeiras, recursos audiovisuais e demais materiais de apoio, como projetor e caixa de som.

Vale destacar que, em cada encontro realizado nos dois ciclos, a dupla de discentes responsável se alternava nos papéis definidos por Pichon-Rivière na técnica dos grupos operativos: o de coordenador, que assumia a condução das dinâmicas; e o de observador, que adotava uma posição mais voltada ao registro das interações e comunicações (Ismênia de Camargo Oliveira, 2021; Pichon-Rivière, 2005). Após cada encontro, os discentes elaboravam diários de campo, nos quais registravam não apenas os aspectos objetivos da atividade (como o número de participantes, emergentes grupais e estratégias utilizadas), mas também impressões subjetivas, hipóteses interpretativas e reflexões pessoais. Esses registros serviram de base para os momentos de supervisão, além de constituírem um importante material de apoio para a produção de conhecimento científico, como o presente relato de experiência.

Com o objetivo de promover o autoconhecimento e bem-estar em questões que envolvam a temática das masculinidades, os encontros foram pensados para alcançar uma ótica mais plural sobre o papel do homem na sociedade, instruídos sobre seus direitos, de modo que a temática das masculinidades foi pautada como tarefa explícita do grupo, a qual polariza o sentido do estar juntos (Pichon-Rivière, 2005).

A filosofia subjacente era a de abrir espaços para o grupo pensar-aprender-sentir não só como estudantes, mas também como trabalhadores, em busca de fomentar transformações psicossociais (Pichon-Rivière, 2005). Para isso, a equipe executora utilizou de materiais artísticos disparadores de discussão, como músicas, imagens, atividades de colagens, dentre outros recursos, como medidas de incentivo à participação do grupo como um todo, em busca da construção de um espaço dinâmico e acolhedor.

Sendo assim, durante e após a finalização dos dois ciclos a equipe executora se reunia longitudinalmente e, à partir dos diários de campo produzidos e das análises coletivamente construídas, alguns eixos temáticos resultantes dos encontros grupais ressaltaram: (1) a prevalência de ideias da masculinidade hegemônica; (2) masculinidades plurais; e (3) masculinidades e o trabalho. Esses eixos emergentes serão detalhados no próximo item.

Cabe assinalar que “eixos temáticos” é nomenclatura utilizada para designar um eixo a partir do qual os diálogos grupais aconteceram a cada sessão e que, enquanto tais, mobilizavam o que Pichon-Rivière (2005) nomeia como emergentes grupais, os quais contemplam cargas complexas e dinâmicas de significações: quando uma temática era estabelecida como tarefa para o grupo pensar-aprender-sentir, ela passava a se articular a uma “apropriação” singular dos significados que o próprio grupo atribuiria a elas, ainda nem sempre os seus participantes tivessem consciência sobre esse dinamismo.

Ademais, ao final de cada encontro foram solicitadas avaliações verbais dos participantes sobre como as vivências eram significadas, e para que também pudessem opinar sobre os materiais artísticos e assuntos que gostariam de debater nas sessões seguintes, visando à facilitação de interações grupais. No último encontro de cada ciclo, uma apreciação geral também era solicitada sobre todo o processo realizado.

As vivências grupais, em cruzamento com o material contido nos diários de campo e surgido nas supervisões fundamentaram os resultados. As interpretações deles, por sua vez, foram subsidiadas em literatura contemporânea enfocada nas masculinidades numa chave filosófica e ético-política, algumas das quais incorporadas ao texto introdutório e outras, como André Vilella Lima-Santos; Manoel Antônio dos Santos 2022; Judith Butler, 1990; Connell, 1995; Pierre Dardot; Christian Laval, 2016; Johnny Andoh-Arthur et al., 2018; Katelyn M. Sileo; Trace S. Kershaw, 2020; Organização Mundial da Saúde, 2020.

Resultados e Discussão

A fim de sistematizar e visualizar as temáticas abordadas ao longo do projeto nos dois ciclos, os resultados foram concentrados em tabelas (Tabela 1 e Tabela 2). Na sequência, elas serão ilustradas e analisadas em pormenores.

Tabela 1. Síntese temática do primeiro ciclo de encontros.

Encontro	Temáticas abordadas
1º	“O que é ser homem?”
2º	Características masculinas (força, responsabilidade e insegurança)
3º	Inseguranças masculinas
4º	Masculinidades plurais
5º	“Revisão” sobre os assuntos até então dialogados
6º	Papéis de gênero
7º	“Quem sou eu na sociedade?” - questões existenciais e de pertencimento
8º	Encerramento e processo de avaliações finais

1º Ciclo de Encontros

Tabela 2. Síntese temática do segundo ciclo de encontros

2º Ciclo de Encontros

Encontro	Temáticas abordadas
1º	“O que é ser homem?”
2º	Principais referências de masculinidades
3º	Referências masculinas familiares - Sexo e consentimento
4º	Comportamentos masculinos hegemônicos e “plurais”
5º	Comportamentos masculinos hegemônicos e “plurais”/ Encerramento

Prevalência de ideais da masculinidade hegemônica

Muitos dos ideais associados à chamada masculinidade hegemônica foram identificados e relatados pelos participantes ao longo dos encontros. Em ambos os ciclos, a primeira atividade realizada consistiu em uma dinâmica de apresentação na qual os jovens foram convidados a desenhar a palma de suas mãos em uma folha sulfite e, em cada dedo, escrever palavras que, para eles, caracterizassem o “ser homem”. Embora

tenham surgido diversas respostas, algumas palavras se repetiram com maior frequência. No primeiro ciclo, destacaram-se “força” e “responsabilidade”, enquanto no segundo ciclo, os termos mais mencionados foram “trabalhador”, “provedor” e “protetor” — atributos que dialogam diretamente com os valores da masculinidade hegemônica.

Os adjetivos destacados pelos participantes corroboram a imagem do “homem provedor”, aquele que é o responsável pela proteção e pelo sustento familiar, que atravessa a formação da masculinidade, principalmente entre as classes mais baixas (Rubens Ferreira do Nascimento, 2000; Norma Fuller, 2001). A capacidade de prover, de garantir o sustento familiar, revelou-se, portanto, como um valor em destaque no cruzamento dos marcadores de gênero e de classe, presente nos relatos dos jovens que buscam a instituição, cuja função é a formação para o mercado de trabalho, para prepararem-se para o papel de “homem adulto”, capaz de garantir financeiramente o cuidado familiar.

No entanto, cabe pontuar como essa imagem de “homem provedor” se implica de modo diverso a depender, principalmente, das questões raciais e de classe. Enquanto que para homens brancos o papel de provedor pode ser entendido como extensão de privilégios econômicos e sociais, para homens negros, por exemplo, essa função social tem outros recortes. Embora estudos indiquem que o controle econômico constitui um requisito fundamental para atender às expectativas relacionadas à masculinidade de homens negros (Andoh-Arthur et al., 2018; Sileo; Kershaw, 2020), vale destacar que os mesmos enfrentam mais barreiras estruturais, implicadas pelo racismo estrutural, institucional e interpessoal (Amanda dos Santos Pereira; Lilian Magalhães, 2023). Resultando em baixa escolaridade, altos índices de desemprego e subemprego, condições de pobreza e carência habitacional (Natane de Souza Sousa et. al, 2023), dificultando o exercício desse papel social. Sendo assim, a capacidade de prover, portanto, é mediada pela raça e classe, configurando-se como um esforço para afirmar a masculinidade contra um sistema que tenta privar o homem negro de seu poder de prover, complexificando a dicotomia hegemônica/marginalizada.

Com o objetivo de aprofundar esse mapeamento inicial sobre como os participantes compreendiam o que é “ser homem”, o segundo encontro de cada ciclo foi dedicado à análise mais detalhada dos conceitos emergentes. No primeiro ciclo, uma dinâmica baseada na construção de um mapa mental a partir das palavras “força” e “responsabilidade” foi realizada. Os participantes foram convidados a associar essas palavras a outras que ajudassem a esclarecer seus significados subjetivos. O conceito de

“força” foi, em sua maioria, relacionado à força física, vinculada ao trabalho braçal exercido por muitos dos jovens, bem como à ideia de proteger a família. Houve também menções à “força mental”, compreendida como a capacidade de enfrentar dificuldades, ajudar os familiares, ser um bom pai e marido, e resistir aos desafios da vida cotidiana.

Os sentidos traçados a partir do conceito de força dialogam com os ideais de masculinidade hegemônica acima discutidos a partir da intersecção entre classe e gênero, colocando o trabalho físico e a capacidade de ser protetor como funções tipicamente masculinas. Ser forte é aplicar sua força física no campo de trabalho, cuja mecanização contemporânea diminui a necessidade real das capacidades musculares, o que não implicou na mudança da percepção das pessoas sobre seu papel na divisão sexual do trabalho (Eloísio Moulin de Souza et al., 2015). Já sua expressão mental ganha sentido ao referir-se às dificuldades sociais atribuídas às classes populares no interior do sistema capitalista, atravessado ideologicamente pelo imperativo do desempenho. Adaptar-se às dificuldades impostas pelo sistema torna-se estratégia de sobrevivência, denominada psicologicamente enquanto “resiliência” (Débora Patrícia Nemer Pinheiro, 2004).

Já a palavra “responsabilidade” foi predominantemente associada ao dever com o trabalho e à obrigação de sustentar financeiramente a família, assegurando proteção e estabilidade. Durante essa atividade, a equipe executora propôs reflexões que questionavam esses conceitos associados ao modelo rígido de masculinidade. Foram levantadas perguntas como: “E se o homem não for forte o tempo todo?”, “E se não puder prover?”, “Como ele se sentiria ao precisar de ajuda?”. Essas provocações suscitaram respostas significativas: muitos participantes relataram que os homens sentem medo, insegurança ou vergonha ao ocuparem a posição de quem precisa ser ajudado. Relataram também que, com frequência, deixam que problemas (especialmente de saúde física e mental) avancem até estágios críticos antes de procurar apoio, como ir ao médico ou conversar com amigos e familiares.

A literatura aponta que a dificuldade dos homens em buscar ajuda e exercer o autocuidado está fortemente associada aos ideais da masculinidade hegemônica. Sousa (2022) destaca dois fatores principais para esse comportamento: primeiro, muitos homens, ao aderirem a esses ideais, adotam atitudes de risco (como o uso abusivo de álcool e drogas ou a exposição à violência) por associarem tais condutas a sentimentos de poder e virilidade. Segundo, há uma evitação de práticas de cuidado por serem vistas como femininas, como pedir ajuda, observar sinais do corpo ou utilizar preservativos, o

que pode gerar sentimentos de vergonha ou constrangimento. Esse quadro é reforçado pelos achados de Gonçalves et al. (2021), que associam a masculinidade hegemônica à alta morbimortalidade por causas externas (como acidentes, homicídios e suicídios) e à baixa procura por serviços de saúde, geralmente acessados apenas quando o quadro clínico já é grave.

Dentro desse contexto, cabe salientar que a exposição a uma frequência e severidade desproporcionais de estressores psicossociais ligados à raça resulta em níveis mais altos de problemas de saúde mental entre jovens negros, quando comparados a outros grupos raciais e étnicos. Estudos indicam que a combinação dos efeitos de raça e gênero contribui para taxas elevadas de desvantagem e risco, incluindo depressão, ansiedade e uso indevido de substâncias (Darrell L. Hudson et al., 2018; OMS, 2020; Rafael Pereira Silva; Eduardo Alves Melo, 2021; Daphne C. Watkins, 2020). Além disso, essa vulnerabilidade é agravada pelo fato de que a procura por ajuda e apoio psicológico é significativamente menor em homens pertencentes a minorias étnicas e de sexualidade não hegemônica (Sousa et. al, 2023).

Já com os participantes do outro ciclo, no segundo encontro, a equipe executora buscou refletir sobre as referências masculinas que os jovens tinham, com a intenção de também associar com as palavras (“trabalhador”, “provedor” e “protetor”) que foram mais elencadas no encontro anterior. Os participantes trouxeram diversas figuras públicas como sendo suas principais referências, dentre eles: Renato Cariani (químico, empresário, influenciador digital e fisiculturista brasileiro); Júlio Balestrin (ex-fisiculturista e atualmente influenciador e treinador de fisiculturismo); Ruyter Poubel (influenciador digital que exhibe vida luxuosa nas redes sociais) e David Goggins (palestrante motivacional norte-americano e SEAL aposentado da Marinha dos Estados Unidos).

É possível perceber que a escolha dessas figuras revela a valorização de atributos tradicionalmente associados à masculinidade hegemônica demarcada pela branquitude, como força física, disciplina rígida, sucesso financeiro, autocontrole emocional e superação constante dos próprios limites. Tais características, amplamente promovidas pelas redes sociais, são apresentadas como ideais a serem seguidos por homens que desejam se destacar, ser respeitados ou bem-sucedidos em um mundo competitivo.

A admiração dos jovens por essas figuras, portanto, não se limita à popularidade delas, mas está vinculada aos valores que elas representam: autossuficiência, autoridade, domínio do corpo, produtividade e capacidade de prover. Tais características associam-se a demanda pela performance característica do sujeito empresarial, constituição

subjetiva contemporânea que atrela a virilidade masculina às necessidades de se manter produtivo e alcançar o sucesso através da autogestão (Dardot; Laval, 2016).

Essa identificação simbólica dos participantes com figuras de sucesso aproxima seus discursos de narrativas conservadoras e performáticas de masculinidade, que se intensificaram com o surgimento de movimentos digitais como o *Red Pill* e o *Incell*. Estes fenômenos contemporâneos expressam novas formas ideológicas que emergem como uma reação dos processos mantenedores da masculinidade branca hegemônica aos questionamentos sociais advindos dos movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e antiracistas, que ganham destaque após a década de 1960. Também foram comentados com o desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de criação de grupos para trocas anônimas de mensagens (Lima-Santos e Santos, 2022). O movimento *Red Pill* é uma ideologia que, conforme apontam Frederico Assis Cardoso et al. (2023), capitalizam-se sobre a rigidez das normas de gênero e as incertezas da vida contemporânea para reforçar uma lógica conservadora e hierarquizante, baseada em noções de virilidade, racionalidade, superioridade e negação da vulnerabilidade.

Essas comunidades digitais, muitas vezes organizadas em fóruns anônimos, funcionam como um ecossistema denominado “manosfera” (Lima-Santos e Santos, 2022). Nesses espaços, a construção social da masculinidade é reinterpretada e codificada em uma visão rigidamente centrada na virilidade e no domínio. Nesse contexto, os discursos *Red Pill* instrumentalizam o sofrimento masculino, promovendo uma lógica de “guerra de gêneros” pautada pela crença de que os homens estariam sendo prejudicados por um suposto sistema social pró-feminino. Essa ideologia justifica práticas de controle e dominação sobre os corpos e comportamentos femininos, mas também sobre as próprias experiências masculinas.

Tais narrativas funcionam como repositórios de uma masculinidade ressentida, onde a vulnerabilidade é vista como fraqueza e a empatia é desqualificada. Como mostram Bruna Andrade de Moraes e Neuma Chaveiro (2024), os conteúdos veiculados por autores vinculados ao movimento Red Pill operam a partir de estratégias de naturalização da desigualdade de gênero, apresentando-a como algo biológica ou historicamente justificado. Ao fazê-lo, reforçam uma forma de masculinidade que oprime não apenas mulheres e pessoas dissidentes de gênero, mas também os próprios homens que não se encaixam nesse modelo. Com isso, os movimentos ideológicos

retroalimentam as normas sociais que os originaram, criando um ciclo de reprodução e radicalização de ideais hegemônicos.

Masculinidades plurais

Com o objetivo de confrontar as ideias de masculinidade hegemônica enfatizadas pelos participantes, a equipe executora buscou, em ambos os ciclos, propor dinâmicas que incentivassem a reflexão sobre formas diversas de performar as masculinidades. No primeiro ciclo, por exemplo, no quarto encontro, foram apresentadas imagens de homens que escapavam ao modelo hegemônico, como homens negros, gordos, com deficiência, de orientações sexuais não heteronormativas, homens trans e aqueles com vestimentas consideradas “femininas”, entre outros.

A discussão ocorreu de forma que os participantes demonstraram compreensão e, em alguns casos, identificação com essa pluralidade — como ao se depararem com imagens de homens negros e gordos, características compartilhadas por alguns deles. No entanto, o momento mais acalorado da discussão surgiu com a apresentação de um homem trans, casado com uma mulher trans, que gestava um filho. Nesse momento, emergiram tensões relacionadas à legitimidade da identidade de gênero quando esta desafia os marcadores corporais tradicionais.

Muitos participantes recorreram a argumentos biológicos como critério determinante para definir o que é ser homem. Assim, apesar de o homem trans retratado apresentar traços como cabelo curto, barba e ausência de mamas, ele não era considerado por esses participantes um “homem de verdade”, por possuir útero e não ter pênis — características associadas ao corpo feminino. Uma minoria, por sua vez, adotou uma perspectiva distinta, defendendo que “ser homem” não se resume a aspectos biológicos, mas envolve também identidade, personalidade, formas de pensar, sentir e agir. Em meio à essas falas que oscilaram entre o desconforto, o riso e a negação, o próprio grupo caminhou para uma solução conciliatória: mesmo sem concordar, seria necessário respeitar a identidade desse homem trans apresentado. A mediação incluiu provocações críticas como: “Se a força física define o que é ser homem, então um homem cis fisicamente fraco seria menos homem?”; ou ainda: “Se a reprodução é o critério, homens estéreis deixam de ser homens?”.

Percebe-se aqui que as fronteiras de delimitação do gênero são demarcadas para os participantes através de limites dos papéis reprodutivos, o que se assenta nas normativas naturalizantes de gênero. Nesse sentido, reduzir o “ser homem” revela uma

concepção essencialista e excludente do gênero. Conforme Butler (1990), o gênero não é um dado natural, mas sim uma construção performativa, produzido e reiterado continuamente por meio de atos, discursos e práticas sociais. Nessa perspectiva, ser homem não depende de uma anatomia específica, mas de processos de reconhecimento, vivência e pertencimento.

Nesse sentido, o termo “transgênero” se refere a um grupo de pessoas, as quais não se identificam com a performance que o gênero que foi “determinado” em seu nascimento, portanto podemos entender o termo como um termo “guarda-chuva”. Podemos dividir esse grupo em dois tipos diferentes de se relacionar com a sua identificação de gênero. A primeira seria identitária (travestis e transexuais) e a segunda seria de maneira funcional (*drag queens*, transformistas, *crossdressers* e *drag kings*) (Jaqueline Gomes de Jesus, 2012).

Ainda que exista um grande movimento para nomear gêneros, o espaço para a aceitação à essa diversidade ainda é pequeno. O que ocupa esse espaço, muitas vezes, é uma violência contra essas diferenças, assim como ocorre no caso do racismo. Vai para além das palavras, essas não dão conta, logo essa violência explode no corpo. É nessa direção que a transfobia toma forma como expressão de violência contra as pessoas travestis e transexuais (Amanda Karoline de Oliveira Ribeiro; Lia Carneiro Silveira, 2020).

Da mesma forma, Connell (1995) argumenta que as masculinidades são múltiplas e historicamente construídas, variando de acordo com contextos sociais, culturais e políticos — o que inclui também as experiências de homens trans. Essa compreensão é aprofundada por Sofia Aboim e Pedro Vasconcelos (2022), ao discutirem que a identidade masculina de homens trans não está necessariamente atrelada à posse de um pênis ou à realização de cirurgias, mas à maneira como esses sujeitos constroem, experimentam e corporificam sua masculinidade no cotidiano.

Já em caso de homens transexuais negros, há um paradoxo: ao alcançarem a “passabilidade” masculina, são lidos socialmente como homens, mas imediatamente racializados como “perigosos” ou “ameaçadores” (Letícia Carolina Boffi; Manoel Antônio dos Santos, 2023). Essa dupla subordinação — transfobia e racismo — limita seu acesso a privilégios masculinos, como segurança e empregabilidade, e os expõe a violências simbólicas e materiais específicas. Enquanto homens trans brancos podem usufruir de certos benefícios da masculinidade, homens trans negros têm esses privilégios

negados pelo racismo estrutural, que os coloca em posição de vulnerabilidade social e econômica (Boffi; Santos, 2022). Essa realidade evidencia que as masculinidades não são experienciadas de forma uniforme, mas são profundamente marcadas por desigualdades étnico-raciais.

Nesse sentido, o corpo é compreendido como um espaço de ação, e não como um limite: “ser homem” passa a ser reconhecido pela prática social e pelo modo como se habita o mundo, não pela conformidade com normas biológicas. Ao reconhecer essas experiências, ampliamos nossa noção de masculinidade e rompemos com o modelo rígido, binário e hegemônico que historicamente excluiu tantas formas legítimas de ser homem.

Embora os homens brancos tenham ocupado historicamente posições de maior visibilidade social, as formas como vivenciam e expressam seus gêneros nem sempre foram reconhecidas ou debatidas. A discussão contemporânea sobre masculinidades busca justamente evidenciar essa diversidade, explorando as múltiplas maneiras pelas quais os homens se relacionam com sua identidade de gênero (Benjamin Alberti, 2006; Glaucia Malerba Sene, 2017). Tal ideia plural abrange fatores como classe, raça, sexualidade, cultura e geração, revelando que não existe uma única forma legítima de ser homem (Connell, 1995). Nesse sentido, a atividade extensionista desenvolvida buscou fomentar esse debate por meio de uma dinâmica visual, em que foram apresentados slides com imagens de homens que performam diferentes tipos de masculinidades. A pergunta inicial “Masculinidade ou masculinidades?” suscitou reflexões imediatas, ainda que alguns participantes, inicialmente sustentaram a ideia de uma masculinidade única.

A supervisão com os docentes apontou para elementos fundamentais: a rapidez dos consensos como forma de evitar conflitos reais; a valorização de critérios biológicos como limite simbólico da masculinidade; e a dificuldade de lidar com expressões que rompem com a cisnormatividade e o racismo. Notou-se que o acolhimento feito com um dos participantes, que negava a identidade do homem trans apresentado, serviu mais como proteção ao grupo do que como enfrentamento à ideia discriminatória. A atividade permitiu mapear resistências e tensões, indicando a necessidade de aprofundar vivências pessoais nos próximos encontros, utilizando estímulos mais abertos e acessíveis, além de propor como eixo temático a pergunta que surgiu de forma provocativa ao final: Se tudo pode ser homem — homem com saia, homem estéril, homem com vagina — o que é ser homem, afinal?

Rodriguez (2019) traz essa pluralidade como fundamental para a superação dos estigmas associados às masculinidades não hegemônicas. Homens negros, periféricos, LGBTQIAPN+ e cuidadores desafiam cotidianamente os padrões tradicionais ressignificando suas identidades e vivenciando outras formas de masculinidades em relação consigo mesmos e com os outros.

Apesar dos avanços, os estigmas ainda estão enraizados na sociedade, e os homens que não performam a masculinidade hegemônica branca continuam enfrentando barreiras sociais simbólicas e ameaçadoras (Neto et. al, 2019). Porém, existe um movimento crescente de resistência e reconfiguração, espaços escolares, redes sociais, mídias e grupos de apoio masculino, nos quais se promovem escuta, cuidado e afetividade como práticas legítimas de masculinidades.

Masculinidades e o trabalho

Um fenômeno que atravessou ambos os grupos foi a discussão do trabalho e como tal era uma ferramenta que ora ajudava a reforçar esse ideal homogêneo de masculinidade onde o homem deve ser o provedor, ora fazia com que os participantes se sentissem inferiores por não se enquadrarem em trabalhos bem remunerados. Independente do tema em que levássemos para a discussão, o trabalho sempre se mostrava presente nas falas dos participantes. Entretanto, esse aspecto parece se articular à influência do contexto no qual a atividade foi desenvolvida, diretamente ligada à formação para o trabalho.

Ao analisar os impactos do trabalho nas discussões realizadas, torna-se pertinente recorrer à interseccionalidade como ferramenta teórica e analítica. A partir dessa perspectiva, é possível compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam e incidem simultaneamente sobre a experiência dos sujeitos. Como argumenta Helena Hirata (2014), a interseccionalidade permite uma leitura mais aprofundada das relações sociais, ao evidenciar como marcadores como classe, raça, etnia e gênero se entrelaçam, produzindo efeitos concretos na vida cotidiana das pessoas. Assim, pensar a masculinidade de maneira interseccional implica reconhecer que ela não se constitui de forma isolada, mas está imersa em múltiplas determinações estruturais e subjetivas.

Durante os encontros realizados, foi possível perceber que a performance da masculinidade entre os participantes estava fortemente atravessada por dimensões econômicas. O trabalho surgia como elemento central na construção das identidades masculinas, sobretudo diante do contexto social em que esses jovens estavam inseridos.

A maioria era oriunda de escolas públicas, encontrava-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e já inserida no mercado de trabalho. Esses aspectos – classe social, escolarização (ou a falta dela), cor/raça e posição no mundo do trabalho – atuavam de forma combinada na conformação do ideal de masculinidade por eles internalizado.

Nesse sentido, um aspecto importante de pontuar é como os homens negros vivenciam a masculinidade no contexto do trabalho. Historicamente, eles foram associados a trabalhos braçais, precarizados e desvalorizados, herança direta da escravidão e do racismo estrutural. Por conta dessa herança escravocrata do Brasil, a organização racial do trabalho se enraizou de maneira profunda na sociedade capitalista, intensificando a pobreza e promovendo a racialização tanto do desemprego quanto dos salários reduzidos. Esse quadro repercute na educação, na saúde, nas políticas sociais, na economia e em todas as demais dimensões que constituem a vida material da população negra (Leonardo Dias Alves, 2022). Além disso, percebe-se que a masculinidade negra é construída sob um estigma de força física e resistência, mas ao mesmo tempo marcada pela exclusão de espaços de prestígio e autoridade (Aldeir de Oliveira Barreto, 2022).

Nesse cenário, o trabalho era frequentemente mobilizado como uma estratégia simbólica e material de superação ou compensação dos marcadores sociais que, de algum modo, colocavam em xeque sua masculinidade. As falas dos participantes revelavam que o emprego, mesmo em condições precarizadas, era visto como um caminho para conquistar respeito social e se afirmar como "homem de verdade". No entanto, justamente nesses segmentos laborais marcados pela informalidade e baixa remuneração, intensificam-se as exigências ligadas ao desempenho, à força e à virilidade. O ideal do homem provedor, nesse contexto, torna-se cada vez mais inalcançável, tendo em vista as limitações impostas por um sistema econômico excludente. O sentimento de fracasso vivenciado por esses jovens, portanto, extrapola a dimensão financeira: ele impacta diretamente a constituição da identidade masculina, produzindo efeitos subjetivos profundos relacionados ao reconhecimento e à autovalidação enquanto homens. E que o fracasso econômico (não ter acesso a empregos valorizados) pode ser vivido de forma racializada pelos homens negros do grupo, porque os estigmas sociais reforçam a associação entre “homem negro” e “subemprego” ou “periculosidade”.

Mas também foram relatadas falas que colocavam o trabalho em um lugar de muita dificuldade, já que ser jovem aprendiz em determinadas empresas faziam com que eles passassem por situações onde existia essa disputa por provação do “ser homem”, principalmente quando se tratava de expressar suas emoções. Henrique Luiz Caproni

Neto e Luiz Alex Silva Saraiva (2011) dizem que no ambiente de trabalho a constituição das masculinidades está atrelada a elementos como o casamento, a valorização social do trabalho, a heterossexualidade normativa e a atribuição do papel de provedor, especialmente entre os homens. Os autores também mencionam que as masculinidades homossexuais são socialmente menos legitimadas em comparação às heterossexuais, sobretudo quando associadas a comportamentos ou expressões de gênero considerados afeminados, os quais intensificam a estigmatização dessas identidades.

Nesse contexto, foi possível observar que os jovens participantes, além de associarem suas ocupações a uma ideia reforçada do papel do homem como provedor, também reproduziam concepções que vinculavam as mulheres a empregos com menor remuneração e atividades relacionadas ao cuidado. Essa percepção esteve presente nos dois ciclos do projeto, sendo particularmente discutida no primeiro ciclo, durante um encontro em que, por meio da atividade de colagens, foram debatidos os papéis de gênero na sociedade.

Tais representações não se limitam aos participantes do projeto, mas refletem construções sociais mais amplas. Segundo Cecília Maria Valter Costa (2023), a articulação entre colonialismo e capitalismo contribuiu para o fortalecimento do patriarcado, promovendo a desvalorização do trabalho de cuidado e reforçando uma divisão sexual do trabalho que subordina as mulheres.

Em contraponto, a autora destaca que as perspectivas decoloniais propõem a reconstrução de vínculos comunitários e o fortalecimento de formas coletivas de resistência, desafiando as estruturas da colonialidade de gênero (Costa, 2023). Sendo assim, quando pensamos nas discussões geradas, o nosso papel como mediadores foi a de apresentar novas possibilidades não só de se verem como homens e expressarem as diferentes formas de masculinidades, mas também de entender uma nova forma de analisarem o trabalho e as relações de gêneros dentro desse ambiente. Para que assim o trabalho não seja um elemento de reprodução de violência de gênero, sexualidade e raça.

Considerações Finais

O presente relato de experiência evidenciou a potência dos grupos operativos como estratégia formativa para o trabalho com adolescentes e jovens aprendizes na abordagem das masculinidades. A atuação da equipe, fundamentada em escuta, vínculo e diálogo, possibilitou a construção de um espaço coletivo de reflexão crítica sobre os modelos normativos de ser homem, frequentemente internalizados sem questionamento. Através das dinâmicas realizadas, foi possível observar a predominância de valores associados à masculinidade hegemônica, mas também a emergência de questionamentos, desconfortos e possibilidades de resignificação.

A partir das falas e reações dos participantes, percebeu-se o impacto do trabalho enquanto elemento estruturante das identidades masculinas, ora funcionando como dispositivo de reafirmação do papel tradicional de provedor, ora como fator de sofrimento frente às frustrações e desigualdades sociais vividas. A intersecção entre masculinidade, juventude, classe social, raça e orientação sexual se revelou essencial para compreender os sentidos atribuídos à virilidade, ao sucesso e ao futuro por esses jovens.

Além disso, a introdução de referências diversas de masculinidades, incluindo homens trans, negros, gordos e não normativos, provocou importantes discussões sobre pertencimento, identidade e reconhecimento. Ainda que com resistências iniciais, esses momentos se configuraram como oportunidades de ampliação de repertório e desconstrução de estereótipos, reafirmando o valor da educação não formal como espaço de promoção da saúde, cidadania e equidade de gênero. As masculinidades não precisam se enquadrar no modelo hegemônico branco, mas podem produzir outras formas de reconhecimento.

A experiência relatada também reforça a importância da supervisão docente, do registro reflexivo por meio dos diários de campo e da atuação crítica e comprometida da equipe executora. Por fim, destaca-se a necessidade de continuidade de projetos como este, que promovem a escuta ativa de jovens em situação de vulnerabilidade, favorecendo a criação de espaços educativos mais plurais, afetivos e transformadores. Espera-se que este trabalho inspire outras iniciativas que se proponham a intervir, com sensibilidade e rigor ético, nas questões de gênero e subjetividade que atravessam as juventudes contemporâneas.

Referências

ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro. O lugar do corpo: masculinidades trans e a materialidade corporal do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 30, n. 3, e81202, 2022.

ALBERTI, Benjamin. *Archaeology, men, and masculinities*. 2006.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Katálisis*, v. 25, n. 2, p. 212-221, 2022.

ANDOH-ARTHUR, Johnny et al. Suicide among men in Ghana: The burden of masculinity. *Death Studies*, v. 42, n. 10, p. 658–666, 2018.

ARNETT, Jeffrey Jensen. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, v. 55, n. 5, p. 469–480, 2000.

BARRETO, Aldeir de Oliveira. Masculinidade negra e a colonização: Ecos do passado no presente. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, v. 5, n. 12. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12>, 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Da transfobia ao racismo: experiências de transição de homens transexuais negros. *Psicologia USP*, v. 34, p. e200212, 2023.

BRITO, Danilo da Silva de. Masculinidades e suas intersecções: uma introdução ao debate. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016. p. 295-306.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CAPRONI NETO, Henrique Luiz; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Masculinidades, trabalho e reprodução de preconceitos: um estudo com trabalhadores gays, lésbicas e bissexuais. *Revista de Administração IMED*, 2018.

CARDOSO, Frederico Assis; AMORIM, Marina Alves; SULZ, Juliana Albuquerque. “Crise da masculinidade”: retóricas da ofensiva antigênero e o antifeminismo de Estado. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 32, n. 72, p. 97-115, 2023.

CONNELL, Robert. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241, 2013.

COSTA, Cecília Maria Valter. O fortalecimento do patriarcado ea desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, p. e-6628347, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*, Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 316-370.

FULLER, Norma. *Masculinidades: cambios y permanencias*. Lima- Peru: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Peru, 2001.

GOMES, Rafael C. Masculinidade negra e homossexualidade: representações literárias e sociais. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 153-170, 2015.

GONÇALVES, Carlos Eduardo; SILVA, Maria Aparecida; TEIXEIRA, Rafael Fernandes. Masculinidades, saúde e políticas públicas: desafios para o cuidado em saúde do homem no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Masculina*, v. 5, n. 2, p. 127-139, 2021.

GUIMARÃES, Claudia Domingues. Relações étnico-raciais e masculinidades: uma reflexão a partir do Serviço Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: ABEPSS, 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, p. 61-73, 2014.

HUDSON, Darrell L. et al. “Down in the Sewers”: Perceptions of Depression and Depression Care Among African American Men. *American Journal of Men's Health*, v. 12, p. 126-137, 2018.

JESUS, Jaqueline G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: informar editora, 2012.

LIMA-SANTOS, André Villela de; SANTOS, Manoel Antônio. Incels e misoginia online em tempos de cultura digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2022, 22.3: 1081-1102.

MORAIS, Bruna Andrade de; CHAVEIRO, Neuma. Masculinidades hegemônicas e violência contra mulheres nas mídias: críticas ao movimento RedPill. *Revista Interinstitucional*, v.?, n.?, 2024.

NASCIMENTO, Rubens Ferreira do. *Pobre pai: a construção da identidade em homens pais pobres urbanos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NETO, Ivaldo Francisco de Oliveira Neto; FIRMINO, Itamar Martins Firmino;

PAULINO, Pedrita Reis Vargas Paulino. A construção social do estigma em masculinidade-Uma revisão de Literatura. *Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar*, 2019, 4.1.

OLIVEIRA, Ismênia de Camargo e. Teoria e técnica dos grupos operativos segundo Enrique Pichon-Rivière. In: SANTEIRO, T. V.; FERNANDES, B. S.; FERNANDES, W. J. (orgs.). *Clínica de grupos de inspiração psicanalítica: teoria, prática e pesquisa*. Londrina: Clínica Psicológica da UEL, 2021. pp. 141–155.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Atlas de saúde mental 2020*. Genebra: OMS, 2020.

PEREIRA, Amanda dos Santos; MAGALHÃES, Lilian. Os impactos dos racismos nas ocupações da população negra: reflexões para a terapia e a ciência ocupacional. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 2, e220400, 2023.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, v. 9, p. 67-75, 2004.

RIBEIRO, Amanda Karoline de Oliveira; SILVEIRA, Lia Carneiro. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria Queer. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, vol. 23, n.1, p. 66-74, 2020.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Diversidade e Educação*, 2019, 7.2: 276-291.

SENE, Glaucia Malerba. Pela Materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. *Revista de Arqueologia*. v. 30, n., 2, p. 162-175. 2017.

SILEO, Katelyn M.; KERSHAW, Trace S. Dimensions of Masculine Norms, Depression, and Mental Health Service Utilization: Results From a Prospective Cohort Study Among Emerging Adult Men in the United States. *American Journal of Men's Health*, v. 14, n. 1, 2020.

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4613-4622, out. 2021.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 26, n., p. 118-131, 2006.

SILVA, Walter Mariano de Faria; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n., p. 573-582, 2017.

SOUSA, Natane de Souza; SILVA, Jéssica Rodrigues; SÁ, Luana Pires de. *A masculinidade e a saúde mental dos homens negros: uma revisão integrativa da*

literatura. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Barreiras, 2023.

SOUSA, Rafael de Carvalho. Comportamentos de risco e masculinidade hegemônica: um estudo sobre juventudes urbanas. *Revista Brasileira de Psicologia Social*, v. 35, n. 2, p. 89-105, 2022.

SOUZA, Eloísio Moulin de; BIANCO, Mônica de Fatima; JUNQUILHO, Gelson Silva. Contestações sobre o masculino no contexto do trabalho: estudo pós-modernista em mineradoras e siderurgias. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. spe3, p. 269-287, 2015.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, p. 29-30, 2018.

WATKINS, Daphne C. et al. An Online Behavioral Health Intervention Promoting Mental Health, Manhood, and Social Support for Young Black Men: The YBMen Project. *American Journal of Men's Health*, v. 14, n. 4, 2020.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.